



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 25ª REGIÃO/TO

### RESOLUÇÃO Nº 364/2019

De 13/11/2019

Estabelece o valor da anuidade para o exercício de 2020 de pessoa física e o patamar da anuidade de pessoa jurídica, no âmbito do CRESS 25ª Região e determina outras providências.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 25ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais. Considerando as disposições constantes na Resolução CFESS Nº 378/1998.

**CONSIDERANDO** as deliberações do **48º Encontro Nacional CFESS/CRESS**, realizado na cidade de Belém/PA, relativa ao estabelecimento dos patamares mínimo e máximo para a fixação da anuidade de pessoa física e o estabelecimento do valor da anuidade de pessoa jurídica, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o **exercício de 2020;**

**CONSIDERANDO** a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social;

**CONSIDERANDO** a obrigação, de competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social, relativa à responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

**CONSIDERANDO** a disposição do artigo 13, da Lei 8662/93 de 07 de junho de 1993, que estabelece, expressamente, que a inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais;

**CONSIDERANDO** as deliberações na Assembleia Geral Ordinária de Assistentes Sociais realizada no dia 18 de outubro de 2019.

### RESOLVE:

**Art.1º** - Fixar a anuidade de pessoa física, a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 25ª Região - TO, no exercício 2020, dos profissionais - assistentes sociais - inscritos e a se inscreverem no valor de R\$499,63 (quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos) e para as pessoas jurídicas no valor de R\$602,19 (seiscentos e dois e reais e dezenove centavos).

**Parágrafo Primeiro:** Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS:

- I. 31 (trinta e um) de janeiro de 2020, com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de fevereiro;
- II. 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2020, com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de março;
- III. 31 (trinta e um) de março de 2020 com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de abril;
- IV. 30 (trinta) de abril de 2020 com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de maio.

**Parágrafo Segundo:** A anuidade de 2020 que for quitada em cota única, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril terá os seguintes descontos:

- I – até 15 de Janeiro - conceder desconto de 15%.
- II – até 15 de Fevereiro - conceder desconto de 10%.
- III- até 15 de Março - conceder desconto de 5%.
- IV - até 15 de Abril - valor integral, sem desconto

**Parágrafo Terceiro:** A anuidade de 2020 poderá ser paga em até 6 (seis) parcelas, com valores iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão:

- 1a Parcela - dia 15 de fevereiro de 2020;
- 2a Parcela - dia 15 de março de 2020;
- 3a Parcela - dia 15 de abril de 2020;
- 4a Parcela - dia 15 de maio de 2020;
- 5a Parcela - dia 15 de junho de 2020;
- 6a Parcela - dia 15 de julho de 2020.

**Parágrafo Quarto:** A anuidade não paga em cota única até o décimo quinto dia útil de maio de 2020, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

- I-** Multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;
- II-** Juros simples de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo Quinto:** As anuidades relativas a exercícios anteriores a 2020, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento).

**Parágrafo Sexto:** A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o 5º dia útil de junho de 2020, poderá ser parcelada em até 06 (seis) vezes, a critério do/a profissional interessado (a), sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente artigo.

**Parágrafo Sétimo:** Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente artigo devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

**Parágrafo Oitavo:** Os valores pagos em excesso em relação aos parâmetros estabelecidos no parágrafo segundo serão devolvidos ao profissional que fizer pedido por escrito, em formulário próprio, anexando os comprovantes do pagamento a maior.

**Art. 2º** - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social competente, poderá ser parcelada em até 03 (três) vezes, a critério exclusivo deste(a), desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **junho de 2020**.

**Parágrafo Primeiro** - O profissional que se inscrever a partir do dia 01 de julho de 2019, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em cota única.

**Parágrafo Segundo** - Fica concedido ao profissional, no ato da primeira inscrição de seu registro profissional, o desconto de 10% (dez) por cento do valor da anuidade, seja ela integral ou proporcional, que poderá ser acumulado com o desconto previsto no parágrafo segundo do artigo 1º.

**Art. 3º** Os Conselhos Regionais poderão conceder isenção de anuidade aos assistentes sociais inscritos ou que forem se inscrever, que comprovarem:

- I.** Possuir idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Resolução CFESS nº 299/1994 e 427/2002;
- II.** Ter suspenso exercício profissional no país em função de missão ou mudança temporária para outro país;
- III.** Ter sido acometido por doenças crônico-degenerativa ou incapacitante por mais de seis meses.

**Parágrafo Primeiro:** No caso do inciso segundo a isenção durará igual período da missão ou estadia em outro país.

**Parágrafo Segundo:** No caso do inciso III a comprovação será feita por meio de laudos médicos especializados.

**Parágrafo Terceiro:** O disposto nos incisos II e III estão previstos nos artigos 62 a 67 da Resolução CFESS nº 582/2010.

**Parágrafo Quarto:** Da decisão de indeferimento, proferida pelo Conselho Regional/CRESS, caberá recurso ao Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência da decisão.

**Parágrafo Quinto:** O recurso será protocolizado pelo(a) interessado(a) na sede do CRESS, que se incumbirá de anexá-lo ao expediente original, encaminhando-o por ofício à instância recursal.

**Art. 4º** - Os valores das taxas, a partir da fixação da anuidade, terão os seguintes valores:

TAXA	VALOR
I- Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica)	<b>R\$118,30</b>

II- Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição do Documento de Identidade Profissional)	<b>R\$94,63</b>
III - Substituição do Documento de Identidade Profissional ou expedição de 2º. Via.	<b>R\$70,93</b>
IV- Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica	<b>R\$47,29</b>
V – Inscrição Secundária de Pessoa Física (abrangendo a expedição do DIP)	<b>R\$94,63</b>

**Art. 5º Os débitos decorrentes do não pagamento de anuidades, multas, taxas e outros poderão ser parcelados em:**

- I.** 5 (cinco) vezes, na hipótese de o débito se referir a somente um exercício;
- II.** 10 (dez) vezes, na hipótese de o débito se referir de 2 (dois) a 3 (três) exercícios;
- III.** Até 20 (vinte) vezes, na hipótese de o débito se referir a 4 exercícios.

**Parágrafo Primeiro:** O parcelamento deverá ser feito mediante acordo entre o CRESS e profissional devedor, mediante a subscrição de “Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito”.

**Parágrafo Segundo:** Fica limitado em até duas vezes, no máximo, o reparcelamento de débitos havidos com os CRESS, sendo admitido, conseqüentemente, firmar o primeiro parcelamento de dívida com o CRESS e, após reparcelar estes mesmos débitos por mais duas vezes.

**Art. 6º** Somente se o débito de um mesmo profissional, ultrapassar à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) é que passa ser obrigatória a cobrança judicial de tal valor.

**Parágrafo único -** A faculdade prevista pelo “caput” deste artigo enseja a possibilidade de esgotamento e aperfeiçoamento das vias administrativas, de forma que o devedor seja convencido, nessa fase da cobrança, da relevância do pagamento de seus débitos, em face às atribuições e ações dos Conselhos de Serviço Social.

**Art. 7º** Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

**Parágrafo Primeiro:** Os CRESS deverão manter um rigoroso controle administrativo, para que as últimas quatro anuidades de um mesmo profissional sejam cobradas nos prazos legais, após a quarta se tornar débito, de forma a não ensejar prescrição de uma ou mais anuidades.

**Parágrafo Segundo:** Os CRESS deverão atuar com a necessária e imprescindível agilidade para cumprir os procedimentos legais, previstos à espécie, com a inscrição dos quatro débitos, na Dívida Ativa e propositura da ação judicial no prazo previsto pela Lei de Execuções Fiscais, considerando, inclusive, que a referida inscrição determina a suspensão do prazo prescricional.

**Art. 8º** Poderão ser adotadas pelos CRESS medidas concomitantes, tal como a notificação formal da situação de inadimplência e advertência sobre a necessidade de imediato pagamento, sob pena de serem tomadas medidas coercitivas; a utilização de instrumentos administrativos de cobrança, tais como o protesto e a inscrição na dívida ativa; a propositura de ação de execução fiscal; a aplicação de sanções por violação disciplinar ou, como última medida, a suspensão do exercício profissional, na forma da Resolução CFESS no 354/1997.

**Art. 9º** A existência de valores (anuidades, taxas, multas e outros) em atraso não obsta o cancelamento do registro profissional a pedido interessado.

**Art. 10** Os eventuais débitos, após a efetivação do cancelamento da inscrição, deverão ser cobrados pelas vias administrativas e/ou judiciais competentes, cessando a sua ocorrência na oportunidade da protocolização do pedido de cancelamento.

**Art. 11** Todas as deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS relativas às anuidades e suas decorrências, quais sejam: estabelecimento do valor da anuidade de pessoa física, entre os patamares máximo e mínimo, previsto pela presente Resolução, prazos para pagamento, descontos das anuidades, parcelamentos, acréscimos, correção e outros, deverão ser referendados pelas ASSEMBLÉIAS REGIONAIS, a serem convocadas regularmente pelos CRESS, em seu âmbito de jurisdição.

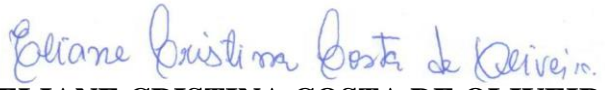
**Parágrafo Único:** A matéria prevista no “caput” do presente artigo será regulamentada pelo CRESS, através da expedição de Resolução, de forma a consubstanciar as decisões da Assembleia da categoria realizada, dentre outros, para este fim.

**Art. 12** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Serviço Social, por deliberação de seu Conselho Pleno.

**Art. 13** Esta Resolução passa a surtir seus regulares efeitos de direito, na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**Dê-se Ciência.**

Palmas, 13 de novembro de 2019.



**ELIANE CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA**  
A.S. 0240- CRESS 25ª Região TO  
Conselheira Presidente